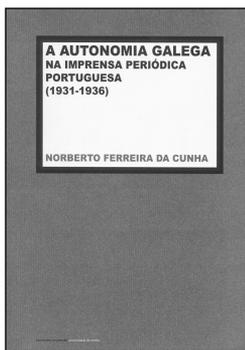


## AUTONOMIA GALEGA (\*)

por Carlos Pazos



Este ensaio, como indica na Introdução o Professor Catedrático aposentado da Universidade do Minho Norberto Ferreira da Cunha, foi já parcialmente publicado em Maria Xosé Agra e Nel Rodríguez (2003): *Galiza e Portugal: Identidades e fronteiras*, Actas do IV Simpósio Luso-Galaico de Filosofia, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, pp. 231-303. Todavia, é preciso referir que a nova proposta introduz notórias modificações e outra estrutura, formada por duas partes bem diferenciadas. Numa primeira o A. faz uma análise atenta dos textos jornalísticos e dos factos históricos onde procura “mostrar o interesse da grande imprensa periódica portuguesa [...] pela questão da autonomia da Galiza, de 1931 a 1936” (p. 11). A seguir, o volume incorpora um “Anexo documental” onde são disponibilizados textos dispersos da imprensa portuguesa

utilizados na sua análise e que no entender do A. “contrariam o preconceito, frequentemente, manifestado de que as nossas elites estiveram, sempre, mais ou menos desatentas –quando não indiferentes– ao que se passava na Galiza” (pp. 11-12). O próprio A. justifica no texto introdutório o ensaio apelando ao futuro do espaço geo-humano e social que é a Galiza e o Norte de Portugal.

Abre a análise um “Relance histórico” onde é feito um rápido percorrido pela história das relações galaico-portuguesas até a época focada, afirmando o A. a presença de uma “invariante e profunda convicção duma fraternidade congenial, duma ancestralidade comum que as decisões políticas tinham apartado, não por via de razões naturais, mas por conveniências e acordos de poder” (p.16). Posteriormente, no capítulo “III O HORIZONTE PARADIGMÁTICO DE UM OLHAR EFECTUAL”, mais concretamente em “1. Imagens da Galiza”, o estudo explicita a percepção da Galiza por parte de algumas individualidades portuguesas activas no meio jornalístico, como Joaquim Manso, Júlio Dantas, Hernâni Cidade, Gastão Sousa Dias e Rodrigues Lapa, destacando os traços gerais: as afinidades étnicas, linguísticas, poéticas, geográficas, paisa-gísticas, de usos e costumes, ao passo que verifica a respeito das diferenças “a sua sujeição (ao contrário de Portugal) ao centralismo castelhano que asfixiou a sua cultura, as sua idiossincrasias, as suas liberdades locais, que deportou a sua língua [...] para a esfera privada e doméstica” (p. 45).

(\*) Norberto Ferreira da Cunha (2007): *A Autonomia Galega na imprensa periódica portuguesa (1931-1936)*, Monção, Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, 278 pp.

## AGÁLIA, 89-90

No que diz respeito à recepção da II República Espanhola em Portugal o A. assinala duas posições opostas: se por um lado a oposição ao Regime enfrentou positivamente o novo contexto do país vizinho, o Regime e a imprensa afecta a ele tentou associar a jovem República Espanhola à falida República Portuguesa, pois “Havia [...] o temor, entre as hostes da Ditadura, que o nome regime espanhol influenciasse, decisiva e irreversivelmente [...] a queda do regime português” (pp. 27-28). Neste contexto, a questão da Autonomia galega sofreu uma politização em Portugal em função dos grupos de interesses em confronto. Assim, para os “sequazes” da Ditadura, as autonomias em debate, entre elas a galega, eram um meio de enfraquecimento da República Espanhola, havendo quem entendesse a Galiza como uma parte de Portugal sob o jugo castelhano; situar-se-iam dentro desta perspectiva o *Diário da Manhã* ou *O Século*. Já desde a oposição republicana, e consequentemente desde jornais como *A República*, *Diário de Lisboa* ou *O Primeiro de Janeiro*, não era colocada a hipótese da integração em Portugal mas era feita a defesa da Autonomia galega e do estreitamento das relações culturais e económicas.

Mais em pormenor, o A. analisa a informação veiculada pela imprensa portuguesa suscitada por vários factos históricos, confrontando-a com as leituras históricas mais recentes. Assim, são destacados: a vivência do 14 de Abril na Galiza, a polémica gerada à volta do “Autonomismo” e do “Separatismo”, as origens do nacionalismo galego, o Seminário de Estudos Galegos, o comício viguês “sob o signo dos mártires do Carral” (p. 73), a “contestação popular à suspensão da linha férrea (Zamora-

Orense-Corunha)” (p. 77), e a fundação do Partido Galeguista. Neste contexto, a discussão à volta do Estatuto de Autonomia Galego captou a atenção da imprensa portuguesa, nomeadamente em dois momentos: as discussões do anteprojecto e do próprio projecto em Junho e Dezembro de 1931, respectivamente. Do mesmo modo, as eleições para as Cortes Constituintes de 1931, assim como o trabalho dos galeguistas nas Cortes foram noticiadas pela imprensa portuguesa. Também teve repercussão nos jornais portugueses o andamento tortuoso do Estatuto em 1933, ao noticiar actos de propaganda no Porto e Lisboa. Quanto às eleições gerais de 1933 e à vitória das direitas, a interpretação dominante da imprensa portuguesa foi conservadora e ajustada à posição do regime português, decaindo o número de notícias sobre a Autonomia galega, devido em grande medida ao enfraquecimento do movimento autonomista e à aproximação bilateral entre os dois governos. Neste sentido, a imprensa “filo-salazarista” tomou outra atitude, rebaixando o tom dos apelos à integração política da Galiza em Portugal, ao passo que se verificou uma “acentuada desconfiança” quanto aos galeguistas republicanos, ao qual não parece alheia, no entender do A., a progressiva aproximação destes das opções políticas de Azaña.

1935 é um ano significativo quanto à presença de informação relativa à Galiza e à sua Autonomia na imprensa portuguesa. O número especial sobre a Galiza da *Seara Nova*, com destaque para Rodrigues Lapa, a Semana Cultural Galega no Porto, com papel notável para o Seminário de Estudos Galegos e noticiada na primeira página de todos os jornais, e a participação galega na I

Exposição Colonial do Porto, indicam, segundo o A., uma tentativa consciente dos galeguistas de ultrapassar o citado *enfraqüecimento*, ao apostar decididamente em novas vias de propaganda. A respeito dos dois últimos eventos do Porto, o A. afirma que em 1935 a “aproximação entre os nacionalistas de um e outro lado da fronteira luso-galaica atingiu o auge” (p. 144), nomeadamente com as individualidades neotradicionalistas dentre os galeguistas.

No ano seguinte, o Plebiscito estatutário foi seguido com entusiasmo pela imprensa republicana, sector em que se destacaram Rodrigues Lapa, mais uma vez, e Augusto Casimiro n’*O Diabo*. Os jornais de direita, porém, “desinteressaram-se [...] das reivindicações autonómicas galeguistas [e] voltam a pôr o ênfase na integração da Galiza em

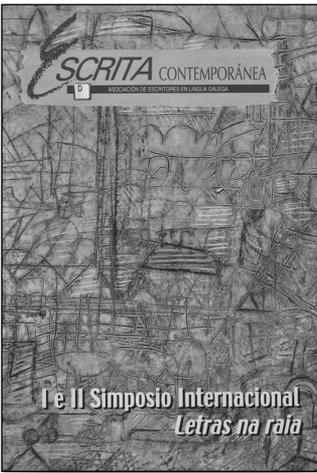
Portugal” (p. 162), agindo na mesma direcção que o regime português que via na República de esquerdas espanhola novamente um perigo para a sua estabilidade.

Finalmente, o A. introduz na segunda parte do ensaio, o “Apêndice Documental”, 49 textos jornalísticos que apoiam e fundamentam as teses sustentadas no texto.

No seu conjunto, o volume do Professor Norberto Ferreira da Cunha, e desde uma perspectiva mais valorativa do que descritiva, supõe mais um passo, passo firme e bem informado, no necessário caminho de investigação, cujo objectivo principal deveria ser deitar luz sobre o relacionamento galaico-português nem sempre bem tratado, nem sempre bem entendido.

## ACTAS DOS I E II SIMPÓSITO INTERNACIONAL «LETRAS NA RAIA»

por Joel R. Gómez –Grupo Galabra (USC)



A “Asociación de Escritores en Lingua Galega” (AELG) publicou, com o apoio do Centro Español de Derechos Reprográficos (Cedro), as *Actas* dos dous primeiros simpósios internacionais “Letras na Raia”<sup>(1)</sup>, celebrados em 2005 e em 2006, e nos quais se utilizou como lema comum a frase de Castelao “As palabras voan por riba das fronteiras”. Um volume de bela presentación e edición, com profusos de fotografías das persoas que participáron nesses acontecementos, ofrece grande parte dos contributos presentados nas sesións, celebradas em ambas as margens do

<sup>1</sup> *I e II Simposio Internacional “Letras na raia”, Escrita Contemporánea, Vigo, 2007, 260 páginas.*